



## Uma entrevista sobre o autonomismo, por Harry Cleaver e Massimo de Angelis

Posted on agosto 5, 2016 por [autonomistablog](#)

### Seção I: Autonomismo Marxista

**Massimo de Angelis:** *Você foi o primeiro a falar de uma tradição marxista autonomista que inclui várias “escolas” nacionais – na Itália, na França, nos EUA, e daí em diante. Quais são os principais elementos que diferenciam essa tradição de outros ramos do marxismo, como o marxismo-leninismo ou a escola de Frankfurt?*

**Harry Cleaver:** O que dá sentido ao conceito de “marxismo autonomista”, como uma tradição particular, é o fato de que podemos identificar, na tradição marxista mais ampla, uma variedade de movimentos, políticas e pensadores que enfatizaram o poder autônomo dos trabalhadores – autônomo em relação ao capital, a suas organizações oficiais (p.ex. sindicatos e partidos políticos) e, de fato, o poder de grupos particulares de trabalhadores de agir de maneira autônoma em relação a outros grupos (p.ex. as mulheres dos homens). Com “autonomia” eu quero dizer a capacidade dos trabalhadores de definir seus próprios interesses e de lutar por eles – de ir além de uma simples reação à exploração ou de uma “liderança” auto-proclamada, e tomar a ofensiva de maneiras que transformam a luta de classes e definem o futuro.

O marxismo-leninismo e a escola de Frankfurt partilharam a perspectiva de focar no poder do capital, e encararam os trabalhadores como essencialmente reativos à opressão e dependentes de algum tipo de liderança externa para mobilizá-los para a revolução. Os marxistas-leninistas, como é sabido, privilegiaram o partido político de intelectuais revolucionários profissionais, capaz de compreender o interesse geral de classe e de ensiná-lo aos trabalhadores, que são vistos como estando presos em demandas meramente “econômicas”. A teoria crítica, que aceitou em grande parte a análise marxista ortodoxa da hegemonia capitalista na fábrica e estendeu essa visão à cultura e à sociedade como um todo, também privilegiou o papel de intelectuais profissionais que, só eles, são capazes de compreender as nuances da dominação instrumentalista e encontrar um caminho através do espinheiro em direção à luz. Em ambos os casos, não apenas o grosso da análise empírica e histórica, mas também a teoria, estava voltado para compreender os mecanismos de dominação e as várias maneiras pelas quais os trabalhadores são vitimados. O que ambas as perspectivas falharam em fazer foi estudar o poder dos trabalhadores para romper esses mecanismos, para colocar o sistema em crise e para recompor as estruturas sociais. Incapaz de desenvolver uma

teoria do poder dos trabalhadores, até sua compreensão da dominação foi limitada por sua incapacidade de enxergar a contingência do poder capitalista e como ele teve que se adaptar repetidas vezes, de maneira frequentemente desesperada, à subjetividade de uma classe trabalhadora que se desenvolvia de maneira autônoma para manter seu controle, i.e. para sobreviver. Como resultado, mesmo sua compreensão teórica permaneceu parcial, e mais um elogio ao poder capitalista do que uma ferramenta útil para nós em nossas lutas.

**MA:** *O que me leva a minha próxima pergunta. Qual é a importância política de uma distinção como essa entre “marxismo autonomista” e outras tradições marxistas?*

**HC:** A importância política de colocar o *nosso* poder no centro de nosso pensamento sobre os conflitos de classe no capitalismo, sobre a dinâmica do desenvolvimento desses conflitos, está na verdade simples de que é apenas com uma avaliação precisa de nosso próprio poder que podemos debater sobre como proceder para construir esse poder. Se passamos todo o nosso tempo falando sobre o poder do capital para fazer isso, para fazer aquilo, para nos limitar dessa maneira, para nos forçar a fazer aquilo outro, não temos ferramentas para falar sobre o que fazer depois, e somos frequentemente levados a ações desesperadas e inapropriadas. Quando, por outro lado, começamos por uma avaliação do poder que temos, e uma compreensão de como o que o capital está fazendo se resume a uma resposta a esse poder, então estamos melhor posicionados para pensar sobre como proceder em nossas lutas.

**MA:** *Por exemplo?*

**HC:** Podemos tomar, por exemplo, as atuais movimentações na Europa e na América do Norte no sentido da criação de zonas de livre comércio. As análises tradicionais do marxismo ortodoxo tendem a tentar compreender essas movimentações nos termos de leis internas do desenvolvimento do capitalismo, como uma resposta à tendência da queda da taxa de lucro, ou como uma resposta à exaustão de um regime de regulação, ou como mais um movimento inteligente na competição entre capitalistas em uma escala mundial. Nenhuma dessas considerações contém muita coisa, se é que contém alguma coisa, no sentido de uma análise do poder dos trabalhadores, e, portanto, pouca noção de onde estamos e de como podemos lidar com a situação. Uma análise marxista autonomista, em contrapartida, que começasse com uma avaliação da crise atual do capitalismo em termos da falha das estratégias capitalistas anteriores para conter e instrumentalizar o poder dos trabalhadores, nos daria um ponto de partida desse tipo. Por exemplo, a maior mobilidade do capital fixo associado com o livre comércio (ou seja, fábricas são movidas do país A para o país B porque os produtos agora podem ser enviados de volta para o país A) pode ser vista como uma resposta à mobilidade e ao poder dos trabalhadores (ou seja, o movimento autônomo de imigrantes e as rigidificações e custos impostos por trabalhadores em países de investimento pesado de capital fixo). Não apenas uma análise desse tipo liga o problema “livre comércio” a outros, como “racismo” e “limpeza étnica”, mas também sugere uma estratégia política para a circulação da luta entre grupos cujo foi responsável pela crise. E enquanto o capital fixo se move, ele também sugere uma estratégia paralela de aceleração da circulação da luta através do material em transformação. Assim, quando descobrimos que na América do Norte coalizões de centenas de grupos de quem está lutando no Canadá, nos EUA e no México estão se ligando em novas formas de organização de escala continental, não deveríamos ficar nem surpresos nem tentar forçar essas novas organizações em velhos moldes. Pelo contrário, uma nova composição de classe continental exige novas formas de organização e estamos preparados para participar em sua construção.

**MA:** *Na introdução a seu livro Leitura Política de ‘O Capital’, você discute explicitamente a evolução historiográfica do autonomismo marxista em relação às lutas sociais. Você vê alguma complementaridade/diferença em particular entre os marxismos autonomistas italiano e americano? Você pode nos dar algumas pistas das raízes históricas de sua evolução respectiva?*

**HC:** Em relação às complementaridades e diferenças entre os marxismos autonomistas italiano e americano, devemos levar em conta que no início eles tem origens ligadas e relacionadas. Traços de ambos podem ser encontrados na repulsa inicial em relação à consolidação do poder bolchevique como um capitalismo de Estado, e a crítica do poder soviético e de seus apologistas ocidentais que se seguiu daí. No período pós-Segunda Guerra o nascimento da autonomia operária na Itália estava enraizado, em parte, na circulação internacional de uma nova política marxista de baixo pra cima, contra a política dos partidos. Danilo Montaldi traduziu e circulou *O Operário Americano*, um estudo de ex-trotskistas nos EUA que tinha sido traduzido e publicado antes na França (por outro grupo de ex-trots). A Tendência Johnson-Forrest americana, que produziu o estudo, e o Socialismo ou Barbárie, que o traduziu, eram críticos do marxismo-leninismo, tanto o soviético quanto o trotskista, e retornaram aos próprios

trabalhadores para repensar o marxismo e a política da luta. Os esforços de Montaldi, por sua vez, levaram aos estudos fundamentais do “operaismo” italiano – os de Alquati, Panzieri e outros em torno dos *Quaderni Rossi*. Podemos ver em tudo isso uma renovação do marxismo que colocava o poder autônomo dos trabalhadores no centro tanto da agenda teórica quanto da política, e no processo reunia mais uma vez o marxismo e a classe trabalhadora.

Como essas coisas se desenvolveram na Itália e nos EUA foi diferente, claro, por causa das circunstâncias diferentes, das diferentes composições de classe. Na Itália a ênfase inicial era nas grandes indústrias produtivas do norte, entre as quais a FIAT era a principal. Nos EUA também havia, nos anos 50, um foco nas grandes indústrias automobilísticas da zona de Detroit. Mas enquanto a análise e a política na Itália eram voltadas para a política de classe e o desenvolvimento e mudança tecnológicos nas fábricas (cada vez mais operadas pelos jovens trabalhadores do sul), nos EUA ela era voltada para a raça – primeiro pelo crescimento do movimento de direitos civis, mais tarde pelos levantes nas cidades centrais durante os anos 60, e então pelo fato de que os trabalhadores militantes nas fábricas eram cada vez mais jovens e negros. A dinâmica das lutas de classes posteriores em ambos os países sendo diferente, não é surpreendente que o desenvolvimento da teoria também tenha sido.

No nível teórico, enquanto a teoria autonomista na Itália se desenvolveu até determinado ponto no interior das, mas certamente contra as, teorias dominantes e bem desenvolvidas do comunismo italiano, com suas origens em Gramsci, nos EUA (e, aliás, na França) a teoria autonomista se desenvolveu contra um pano de fundo trotskista consideravelmente menos sofisticado. Enquanto em ambos os países as linhas gerais do desenvolvimento eram parecidas, os debates mais sofisticados na Itália levaram a repensar a teoria marxista de maneira mais aprofundada e à criação mais sistemática de novos modelos teóricos, i.e. a teoria da composição de classe. Também é verdade que nos EUA os teóricos *marxistas* das lutas autônomas eram poucos numericamente, e marginais em relação ao desenvolvimento rápido destas por negros, chicanos, estudantes e mulheres. Assim, historicamente, enquanto podemos estudar o impacto dessas teorias nessas lutas, ou a maneira como essas lutas moldaram o desenvolvimento dessas teorias, os marxistas que as desenvolveram nunca estavam eles mesmos no centro das lutas. Quando falamos da Nova Esquerda americana, estamos falando de uma coisa muito, muito mais ampla e mais nebulosa do que o “marxismo autonomista”. Muitos dos que estavam profundamente envolvidos nos movimentos de massas dos anos 60, que continuaram nos anos 70 e 80, não se consideravam marxistas de qualquer tipo – independentemente do quanto pudessem ter sido influenciados por ideias marxistas ou estar envolvidos em lutas que faziam sentido para a teoria marxista. De fato, um aspecto que *definia* a Nova Esquerda nos EUA era a sua rejeição não apenas da política partidária da *velha* esquerda, mas também o conjunto de sua teoria marxista.

Na Itália, a onipresença da esquerda e sua influência ideológica e organizativa significou que o desenvolvimento e a influência da teoria autonomista foi muito mais integrado ao desenvolvimento das lutas de classes dos anos 60 e 70, e muito mais ativistas pensavam a si mesmos e concebiam suas lutas em termos explicitamente marxistas. Assim, na “Nova Esquerda” italiana surgiu o espaço político da “autonomia”, em que militantes desenvolveram uma série de vozes explicitamente marxistas para articular a variedades de lutas que não se encaixavam nem nas ideias e organizações da Velha Esquerda, ou seja, dos socialistas e comunistas. Então, enquanto faz sentido usar o mesmo termo “Nova Esquerda” tanto nos EUA quanto na Itália, o termo “marxismo autonomista” soa muito mais natural no contexto italiano.

## **Seção II: A Natureza do Domínio do Capital – Trabalho**

**MA:** *Qual é a importância política de sua formulação do capitalismo como um sistema baseado na imposição ilimitada do trabalho?*

**HC:** A maior parte dos marxismos tradicionais definiu o capitalismo mais em termos de forma do que de substância. Isso quer dizer que quase sempre focaram no que eles viam como a forma específica pela qual o capital explora os trabalhadores: a forma-salário. Daí a definição familiar da classe trabalhadora como o proletariado assalariado. Daí o foco central na exploração. Daí o objetivo político: a abolição do sistema salarial. Esse foco na forma-salário é derivado da compreensão teórica associada de que o trabalho era não só naturalmente dado em toda sociedade humana e a característica definidora fundamental dos seres humanos, mas também de que a derrubada do capitalismo envolveria a generalização da relação de trabalho: o socialismo e o comunismo seriam sociedades com apenas uma classe, em que todos trabalham – sem exploração e com realização pessoal e coletiva.

O que tenho dito já por algum tempo é que passamos a ter uma visão totalmente diferente, uma leitura diferente da teoria marxista e uma política diferente para derrotar e substituir o capitalismo, quando focamos na substância das relações sociais no capitalismo: o trabalho. O capitalismo não é apenas um sistema social que explora as pessoas através do trabalho, de modo que possamos pensar em acabar com a exploração e manter o trabalho, mas é um sistema social que tende a subordinar toda a vida ao trabalho e que, fazendo isso, aliena aqueles que ele força a trabalhar e os impede de desenvolver seus próprios caminhos para a auto-realização. A subordinação da vida ao trabalho quer dizer não apenas que somos forçados a trabalhar por longas horas – horas tão longas que acabamos com quase nenhuma energia sobrando para outras atividades –, mas que essas outras atividades tendem a ser reduzidas à mera recreação da vida como força de trabalho, i.e. como disposição e habilidade de trabalhar.

Por exemplo, para aqueles que são *assalariados* em cada dia de nossa semana de trabalho normal (de segunda à sexta para a maioria), não apenas nos damos conta de como a maior parte de nossas horas acordadas são tomadas pelo trabalho direto para o capital em nossos empregos, mas também nos damos conta de que a maior parte do nosso tempo supostamente “livre”, ou de “lazer”, é utilizado para nos prepararmos para o trabalho, para chegarmos ao trabalho, para chegarmos em casa do trabalho, para fazer o que é preciso para que possamos voltar ao trabalho no dia seguinte, e daí por diante. Para aqueles que não são assalariados, i.e. os *não-assalariados* no lar (normalmente, donas de casa, mas frequentemente crianças e às vezes homens), o tempo de “lazer” é quase todo dedicado ao “emprego” doméstico, que, por sua vez, não é apenas a e a reprodução da vida doméstica, mas envolve o trabalho de transformar as crianças em trabalhadores e reproduzir os trabalhadores como trabalhadores. Em outras palavras, mulheres têm filhos, mas elas devem então (às vezes ao lado de seus maridos) educá-los para receber ordens, para conter seus desejos e espontaneidade e para aprenderem a fazer o que é mandado (o mesmo tipo de trabalho que professores tem nas escolas). As crianças, assim, não são deixadas para descobrir a vida por sua conta, mas são colocadas no trabalho, no trabalho de se tornarem trabalhadores, assim como no de reproduzir seus pais como tais. De maneira semelhante, mulheres, enquanto donas de casa, não apenas trabalham para/com seus maridos, mas seu trabalho também reproduz seus maridos como força de trabalho diária e semanalmente, os alimentando, limpando suas roupas, mantendo seu ambiente, garantindo serviços sexuais e psicológicos que tornam possível que eles retornem para o trabalho a cada dia sem atirar no chefe ou neles mesmos. Análises paralelas podem ser feitas sobre o tempo “livre” nos finais de semana e férias. Para resumir, o que quero dizer não é apenas que o capital estendeu seus mecanismos de dominação para além da fábrica (como a teoria crítica vem dizendo há muito tempo), mas que o que esses mecanismos envolvem é a imposição do trabalho, incluindo a imposição do trabalho de reproduzir a vida enquanto trabalho.

Agora, esses são argumentos que foram originalmente desenvolvidos por mulheres no movimento feminista e que acabaram tendo uma articulação marxista no trabalho de pessoas como Mariarosa Dalla Costa na Itália e Selma James nos EUA (duas que eu incluiria entre as “marxistas autonomistas”). Esses argumentos foram posteriormente elaborados em relação a outras formas de trabalho não-assalariado, como o trabalho escolar e o trabalho de camponeses, de tal maneira a generalizar a compreensão de como o capital tenta transformar toda a vida em trabalho para a sua própria reprodução, como ele busca converter toda a sociedade em uma grande “fábrica social” ou um hospício social.

**MA:** *Qual é o papel da autonomia de classe aqui?*

**HC:** O reconhecimento de como o capital buscou impor o trabalho para além do trabalho assalariado deve ser acompanhado pela mesma compreensão da classe trabalhadora de seu domínio no trabalho assalariado: ou seja, a de que a imposição sempre envolve a luta. Assim como os trabalhadores resistem à imposição do trabalho no interior da fábrica ou do escritório, com desacelerações da produção, greves, sabotagens e desvios, da mesma maneira os não-assalariados resistem à redução de suas vidas ao trabalho. É nesse ponto que a teoria autonomista vai além do impasse da teoria crítica. Ao invés de ficarmos fixados na hegemonia capitalista, com a onipresença e completude da dominação capitalista, devemos reconhecer e então articular o poder do povo de lutar contra sua redução a um mero trabalhador. Precisamente porque o capital busca intervir e moldar a vida inteira, a vida inteira se revolta, cada canto e esquina da vida se torna um lugar de insurreição contra essa subordinação. Donas de casa fazem greve no ambiente doméstico ou vão em ato dele para as ruas. Estudantes tomam aulas e escolas para criar “universidades livres” de oportunidades de ensino livres fora das instituições. Camponeses se recusam a subordinar sua produção (e, portanto, seu trabalho) ao mercado e colaboram para construir redes de ajuda mútua. Os “desempregados” se recusam a procurar empregos assalariados. A “cultura” se torna um terreno da mais dura luta de classes entre a liberação e a recuperação/instrumentalização. E daí em diante.

O que o reconhecimento de tudo isso quer dizer é não apenas que a luta de classes é onipresente, mas que *as lutas dos assalariados e não-assalariados estão necessariamente relacionadas através da recusa comum ao trabalho, i.e. a recusa da redução da vida ao trabalho, e a luta por maneiras alternativas de existir*. Assim, a definição da Velha Esquerda da classe trabalhadora como o proletariado assalariado é obsoleta não apenas porque o capital integrou os não-assalariados em sua auto-reprodução, mas porque as lutas dos não-assalariados complementam as dos assalariados.

E ao mesmo tempo, as lutas por maneiras alternativas de existir que escapam à redução da vida ao trabalho são muitas. Ao contrário das noções marxistas mais antigas, sobre substituir o capitalismo com algum tipo de socialismo homogêneo, devemos reconhecer o comunismo como uma diversidade de alternativas. A revolução envolve a explosão, a fuga do reducionismo, mais do que a substituição de um plano unificado por outro. Aqui está a importância da autonomia das lutas dos diferentes setores da classe.

**MA:** *Há uma diferença fundamental aqui em relação à interpretação tradicional da teoria marxista.*

**HC:** Certamente, porque o que a maior parte das interpretações da teoria marxista, especialmente da teoria do valor trabalho, não conseguiu entender é como a teoria de Marx era uma teoria do *trabalho* não porque ele adorava o trabalho como a única fonte de valor na sociedade, mas porque a conversão universal da vida em trabalho era, e é, o meio capitalista da dominação. Outras sociedades de classes envolviam algumas pessoas forçando outras a trabalhar – servos eram forçados a trabalhar no feudalismo, escravos na antiga sociedade mediterrânea, etc. – mas nunca o mundo havia visto uma sociedade em que a vida é redefinida como trabalho. Muitos leram, acertadamente, a análise de Marx da alienação nos *Manuscritos de 1844* [*Manuscritos Econômico-Filosóficos*] como uma crítica da perversão capitalista do trabalho, e concluíram que o socialismo e o comunismo envolviam a libertação do trabalho dessa perversão. O ponto em que eles erraram, na minha opinião, é quando interpretaram o foco de Marx no trabalho como o resultado de uma crença da sua parte de que o trabalho não-alienado é a essência e a finalidade absoluta da existência humana, de que o trabalho *define* a humanidade. Deveríamos, pelo contrário, perceber que fazia sentido para Marx focar sua análise no trabalho por causa de sua centralidade para a dominação capitalista. Devemos nos lembrar que n’*O Capital* e nos *Grundrisse*, e em outros lugares, ele reconhece que as pessoas lutam contra o trabalho, não apenas porque ele é um trabalho capitalista (através do qual eles são explorados), mas porque *há mais na vida do que trabalho*.

A transformação qualitativa do trabalho sob o capitalismo – como alienação – não vem apenas da sua organização, mas de sua *extensão qualitativa*. Como Marx aponta em sua discussão do mais valor absoluto e da luta em torno do dia de trabalho, é através da extensão do trabalho que o capital realiza sua dominação – via mais trabalho e mais valor. No capítulo sobre o processo de trabalho, o problema central na mudança da discussão do trabalho em geral para o trabalho no capitalismo é sua extensão quantitativa. A questão central no capítulo sobre a jornada de trabalho é a luta da classe trabalhadora contra essa extensão e, mais tarde, por sua redução. Nos *Grundrisse*, a questão central na discussão sobre a superação do valor trabalho no sentido do valor como tempo dispensável é a redução do tempo de trabalho. A repetida invocação de Marx de uma sociedade pós-capitalista envolve a imagem do indivíduo (e da coletividade) fazendo muitas coisas, não apenas trabalhando. A superação da alienação só pode acontecer com uma redução quantitativa do trabalho de tal maneira que o trabalho se torne um, entre outros, aspectos integrais de uma existência humana ricamente diversa. A libertação do (*of*) trabalho só pode vir da libertação *em relação ao (from)* trabalho, quer dizer, da redução capitalista da vida ao trabalho. Uma vez que descobrimos essas coisas, estamos livres do produtivismo de todas as antigas ilusões socialistas; estamos livres para falar de luta, revolução e liberdade nos termos de uma simultânea remoção do trabalho do centro da vida humana, e seu reposicionamento como um meio, entre outros, de realizar o desenvolvimento humano.

**MA:** *O que a imposição ilimitada de trabalho capitalista significa em uma escala global? Que espaços de ‘autonomia’ existem na dinâmica entre Norte e Sul?*

**HC:** Tudo isso só assume seu sentido completo em uma escala global, quando tomamos a situação no Sul junto com a do Norte. O capitalismo sempre foi um sistema global. Desde os seus começos no período da acumulação primitiva ele era global. A escravidão na África e a apropriação da terra (por meio do genocídio) na América fora partes integrantes do desenvolvimento do capitalismo inglês e de outras partes do norte da Europa. Os africanos tiveram que ser escravizados e colocados para trabalhar nas terras roubadas dos Cherokee para produzir o algodão

necessário para sustentar a imposição do trabalho a operários ingleses nas tecelagens de Manchester. A história do imperialismo é só muito parcialmente a história do saque de riquezas, da abertura de mercados e da aquisição de pontos de escoação para o capital. Tudo isso são apenas momentos no processo global de transformar os povos do mundo em trabalhadores e então dividi-los e redividi-los com o objetivo de controlá-los a todos. No século XIX, os tecelões indianos tiveram seus polegares cortados para manter empregos nos moinhos ingleses; um século mais tarde, trabalhadores asiáticos e latino-americanos seriam colocados para trabalhar na indústria têxtil, enquanto trabalhadores norte-americanos e do norte da Europa eram demitidos. Essas não são apenas fases diferentes do desenvolvimento capitalista; essas são mudanças na composição de classe global em resposta à mudança dos padrões das lutas dos trabalhadores.

Não podemos entender o imperialismo nos termos leninistas de países explorando outros países, mas devemos, ao contrário, entender as políticas dos Estados nacionais em termos de mudanças de equilíbrio no poder de classe. A história da “transformação de valores em preços” é a história do capital se realocando de maneiras diferentes na medida de seu controle da classe trabalhadora, para maximizar seu controle sobre todos. Por que algumas partes do mundo foram “desenvolvidas” enquanto outras permaneceram “subdesenvolvidas”? Em parte, porque uma hierarquia mundial de salário/renda é necessária para o controle global da classe. Em grande parte porque nas regiões desenvolvidas as pessoas podiam ser colocadas para trabalhar de maneira lucrativa, mas em outras não. O que os marxistas repetidamente falharam em reconhecer é como os trabalhadores de regiões “subdesenvolvidas” se recusaram a trabalhar para o capital nos seus termos, i.e., em termos lucrativos. Seu “atraso” é sua recusa em entrar para a classe trabalhadora. O subdesenvolvimento é uma medida de sua força, não só de sua fraqueza (de sua incapacidade de exigir um salário alto). A contrapartida internacional de ver trabalhadores entre nós como vítimas é olhas para os trabalhadores em outros lugares, aqueles na base da hierarquia internacional de salário/renda, unicamente como explorados e oprimidos. De fato, os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento são termos enganosos, não apenas porque designam tanto processos quanto estados de existência, mas porque também designam estratégias. Hoje, as regiões industriais da América e do norte da Europa que já se desenvolveram rapidamente em determinado momento estão sendo subdesenvolvidas (ou seja, desindustrializadas), enquanto setores do que costumava ser chamado de Terceiro Mundo estão sendo desenvolvidos (ou seja, industrializados). O padrão só pode ser compreendido em termos da mudança de ritmos na luta de classes, da mudança no equilíbrio de poderes em um todo, enquanto a integridade desse todo é frequentemente ameaçada por ataques a todos os níveis da hierarquia. Nenhuma análise da atual crise no poder de classe pode ser útil a não ser que compreenda as especificidades das variações locais em um contexto mais amplo. O capital opera em nível global, as lutas da classe trabalhadora acontecem em todos os lugares, logo a estratégia anticapitalista, assim como as estratégias capitalistas, deve ser formulada e implementada globalmente. O capital multinacional se organiza através de corporações multinacionais, relações interestatais e formas de Estado supranacionais (como o FMI). Nenhum desses é apropriado para nós, mas devemos organizar a circulação internacional de nossas lutas em uma escala global. Pensar global e agir local não é o suficiente; nossas ações devem ser complementares e isso não acontece necessariamente de maneira automática.

### **Seção III: Recusa do Trabalho**

**MA:** *Depois dos anos 70, na Itália o debate teórico explícito em torno da recusa do trabalho parece ter sido suspenso. Isso está certamente relacionado ao fato de que o operário de massa – aqueles cuja prática de recusa inspirou essa análise – foi enfraquecido, fragmentado territorialmente e de que uma nova composição de classe surgiu. Alguns falam até mesmo sobre o “poder constituinte do trabalho” sem teorizar explicitamente as relações entre esse poder constituinte e a luta contra o trabalho. Você, pelo contrário, parece pensar que a recusa do trabalho não pode ser descartada, seja no nível das lutas concretas, seja no nível da conceituação teórica/política. Você poderia falar sobre isso?*

**HC:** O surgimento da “recusa do trabalho” como uma exigência explícita na Itália foi uma lembrança importante de que a classe trabalhadora sempre lutou contra o trabalho, dos tempos da acumulação primitiva até os dias de hoje. Em alguns momentos, a redução do trabalho, a liberação da vida em relação ao trabalho, foi uma exigência explícita, como no caso da jornada de trabalho de 10 ou 8 horas, como Marx escreveu em *O Capital*. Entre 1880 e 1940, as lutas dos trabalhadores nos EUA cortaram a semana de trabalho na metade e criaram o final de semana. Em outros momentos, especialmente quando o movimento oficial dos trabalhadores conquistou o poder, essa exigência foi suprimida e mantida afastada do campo de visão, só observável na resistência passiva e na sabotagem dos trabalhadores na vida cotidiana.

Como resultado do surgimento de uma demanda tão explícita e bem articulada, a *teoria* marxista foi rejuvenescida de uma maneira importante. Nos anos 50, por exemplo, mesmo os marxistas autonomistas que reconheceram e teorizaram a autonomia das lutas dos trabalhadores e analisaram a autonomia de setores da classe (como negros, mulheres) ainda eram contidos pela ideia de que o objetivo da revolução era liberar o trabalho se apropriando dele. A recusa massiva dos operários de massa na Itália foi uma lembrança forte da verdade fundamental de que enquanto o trabalho for o meio de dominação, os trabalhadores irão lutar contra o trabalho (e, portanto, contra o fato de serem meros trabalhadores).

Retrospectivamente, podemos ver que uma boa parte dos conflitos sociais no fim dos anos 60 e 70 pode ser entendida como uma luta contra o trabalho, mesmo quando os protagonistas não articularam suas exigências nesses termos. Grande parte da revolta estudantil girava em torno da recusa do trabalho de criar força de trabalho, acompanhada pela exigência de tempo e oportunidade de estudar coisas que estivessem voltadas para as necessidades dos estudantes e não para as necessidades do capital. Grande parte da revolta das mulheres pode ser vista como a recusa de seus papéis tradicionais na fábrica social: como procriadoras e reprodutoras de força de trabalho, acompanhada por exigências de novos tipos de relações de gênero e sociais. A revolta dos negros nas ruas das cidades americanas não era apenas um grito de desespero, mas uma rebelião contra os papéis previstos para eles no processo de acumulação: nas margens, como parte do exército de reserva que fazia o mercado de trabalho funcionar, entrando e saindo dos empregos com piores salários, vivendo em condições de subsistência, excluídos da participação política e daí em diante. A sua recusa era a de tipos específicos de trabalho, assim como a dos estudantes e das mulheres, mas a recusa do trabalho no final das contas.

Infelizmente, com seu foco tradicional no trabalho não-alienado como o sentido da humanidade, grande parte dos marxistas se apressou em esquecer esse antagonismo fundamental no interior do capitalismo, e a cair cada vez mais na ideologia dos revolucionários da virada do século que queriam “tomar os meios de produção”, “tomar a fábrica” (ou, na fábrica social do período do pós guerra, “tomar a cidade”) com o objetivo de se tornar tanto administradores quanto trabalhadores.

A fato da transformação da composição de classe, da difusão de partes da fábrica, da fragmentação parcial da organização associada com o operário de massas em uma organização mais flexível, ou fluida, de “operários sociais” (*operaio sociale*) não muda esse antagonismo fundamental; ele apenas muda as formas de luta. Eu estive em Milão, em 1978, em uma conferência da Escola de Arquitetura sobre a “*fabbrica diffusa*” em que houve um grande debate sobre o quanto essa difusão era uma resposta inteligente dos capitalistas às lutas dos operários de massa ou uma adaptação ao surgimento de um “operário social” que havia deixado a fábrica voluntariamente. Desde então houve um número considerável de pesquisas sobre a questão com evidências de ambos os fenômenos – como deveríamos suspeitar. Mas quer estejamos falando do surgimento da corporação vazia que coordena a imposição do trabalho indiretamente pela manipulação da oferta e da demanda (das finanças, do mercado, dos investimentos) ou do mundo interligado e nebuloso da alta tecnologia que liga redes de pesquisadores em todo o mundo, o fato de que indivíduos e pequenos grupos de indivíduos controlem diretamente parte dos meios de produção não muda o fato de que eles ainda são forçados a trabalhar para o capital.

Sempre houveram alguns trabalhadores com controle direto de seus meios de produção, como caminhoneiros independentes e artesões, pequenos fazendeiros e camponeses. A fato de que esses meios de produção agora incluem computadores e softwares de design ou equipamento de fabricação não muda o fato de que ainda são forçados a trabalhar para o capital. A imposição do “trabalho imaterial” é uma forma de dominação tanto quanto o trabalho “material”. Ser forçado a trabalhar com a sua cabeça – o que sempre foi parte integral do trabalho e por muito tempo tem sido a atividade especializada de alguns, enquanto outros eram limitados a trabalhar com outras partes do corpo – muda as condições da exploração, mas não sua realidade. Isso apenas muda as condições sob as quais a compulsão opera e a natureza das oportunidades para a recusa e a insubordinação.

Na medida em que teóricos marxistas contemporâneos falam do “poder constituinte do trabalho” sem localizar os antagonismos desse trabalho e situá-lo em uma rede social maior de antagonismos, estão retornando à velha e tradicional glorificação socialista do trabalho. O fato de que o capital busca converter toda a vida em trabalho não quer dizer que ele consegue e que, portanto, a única coisa de que precisamos mesmo falar é do trabalho e de seu “poder constituinte”. A luta contra o trabalho se expande com a imposição do trabalho, de modo que é possível explorar tanto a variedade da recusa quanto a variedade de atividades que são substituídas pelo trabalho, e, assim, a

relação mutável entre trabalho e não-trabalho. Como resultado de uma pesquisa considerável e da experiência prática, sabemos bastante sobre o que quer dizer recusar o trabalho em uma linha de montagem – sobre como os trabalhadores fazem greve, como sabotam a linha para não ter que trabalhar, e daí em diante. As pesquisas também mostraram o que queria dizer recusar o trabalho na fábrica social – como as mulheres se recusavam a procriar, como estudantes se recusavam a estudar, como os desempregados se recusavam a procurar empregos, etc. Essas pesquisas começaram a mostrar o que queria dizer recusar o “trabalho imaterial” – como os trabalhadores de informática jogam jogos ao invés de processar dados, como hackers sabotam a conversão da informação em propriedade privada, como cientistas tocam seus próprios interesses usando dinheiro de financiamento corporativo ou estatal que tinha outras destinações, como roteiristas de TV ou atores inseriam material subversivo em enredos e roteiros de seriados de comédia, como professores do ensino básico promoviam mais a recusa da disciplina do que a obediência, como professores universitários e estudantes de graduação transformavam redes de computadores em uma circulação da luta ao invés de uma circulação da contra-insurgência, etc. A recusa do trabalho não desaparece, ela apenas muda de forma junto com a mudança de forma da imposição capitalista do trabalho. O que precisamos estudar, e organizar, não é apenas o poder constituinte do trabalho, mas o poder constituinte que exercemos em todos os campos da atividade humana. Só dessa maneira podemos repensar a reconstituição do trabalho de maneiras que poderão o reintegrar como uma atividade significativa entre outras na experiência humana.

**MA:** *Enquanto eu posso compreender o argumento a favor da importância da luta contra o trabalho em abstrato, qual é o sentido de falar de luta contra o trabalho em um período em que o capital está retirando o trabalho das pessoas? Estou falando do fato de que a Europa Ocidental, e mesmo os EUA em certo grau, estão passando pelos níveis de desemprego mais altos desde a recuperação depois da Segunda Guerra. Na Itália, estamos encarando 40% de desemprego no sul; na Alemanha o desemprego geral é de 7.5%, o maior desde 1949 e na Alemanha Oriental é de mais de 30%. Como podemos falar de “recusa do trabalho” nessas circunstâncias?*

**HC:** Boa pergunta! Em primeiro lugar, vamos olhar para essa situação analiticamente. Sabemos que o alto nível de desemprego é uma parte integral da resposta do capital à crise imposta a ele pela classe trabalhadora – em que a luta contra o trabalho teve um papel crucial. Isso não é nada de novo, era uma estratégia usual através do século XIX, e até mesmo perto de 1930, quando um ciclo enorme de lutas dos trabalhadores conseguiu força para eliminá-la por um tempo. Essas lutas forçaram a adoção generalizada do keynesianismo em que o desemprego era rebaixado a uma tática secundária, pelo menos no norte global. Isso durou até que a crise atual explodiu no fim dos anos 1960 – uma crise do keynesianismo, entre outras coisas. Infelizmente, o padrão de desenvolvimento da crise foi tal que a classe trabalhadora *não* teve força para evitar o uso do desemprego como uma arma. Mas que tipo de arma é essa?

Ela *não* é uma falta de trabalho! Quando os trabalhadores em Crotona dizem “Tudo o que queremos é a possibilidade de trabalhar, para nós e para nossos filhos”, eles estão respondendo ao fato de que sua renda é reduzida quando passam dos salários ao seguro desemprego e de que seus riscos de futuras reduções de renda subitamente se multiplicaram. Quando trabalhadores perdem seus trabalhos assalariados eles passam da ativa ao exército de reserva do trabalho. Mas o exército de reserva ainda *trabalha* – espera-se que ele continue fazendo o trabalho de reproduzir a força de trabalho e que faça o mercado de trabalho funcionar procurando empregos assalariados. Esse é um fenômeno antigo e muito conhecido na Calábria, e sabemos que “fazer o mercado de trabalho funcionar” frequentemente envolveu a migração expulsória na medida em que trabalhadores eram forçados a se mudar para o norte em busca de salários. A rebelião em Crotona quando, de acordo com relatórios nos EUA, os trabalhadores tomaram a sua indústria química prestes a ser fechada, foi uma rebelião contra a degradação de suas condições de trabalho, e, portanto, de vida para os trabalhadores dispostos. O desemprego é uma arma feita para fazer com que os trabalhadores lutem *pelo* trabalho ao invés de *contra* ele, i.e. *por* trabalho assalariado. Parte do *nosso* trabalho é deixar clara a dinâmica dessa situação, de maneira que os trabalhadores possam lutar pelo que realmente querem, que é uma renda assegurada e menos trabalho. De certo modo, ele vão fazer isso de qualquer maneira, porque se conseguem empregos assalariados vão retornar à luta contra o trabalho, embora, talvez, de maneira menos intensa porque eles agora tem um medo maior de perder seus salários de novo. Como costume dizer, esse é um jogo antigo; sabemos as regras; elas são feitas contra nós; mas não é impossível lutar.

Quando observamos a história da luta contra o trabalho, descobrimos várias maneiras pelas quais essa luta foi feita. Os luditas quebravam as máquinas que viam como responsáveis pela perda do seu salário. Não funcionou muito bem, embora não fosse tão maluco como algumas pessoas acham. Trabalhadores que vieram depois ligaram explicitamente a luta contra o trabalho com o problema do desemprego exigindo que quaisquer empregos/salários que fossem conseguidos, seriam distribuídos por toda a força de trabalho. A redução na jornada de trabalho (ou



semana, etc.) poderia ser um meio para aumentar/difundir os salários de maneira que fosse compartilhados por todos. Propostas desse tipo estão sendo feitas hoje na Europa Ocidental, impulsionadas por pessoas como André Gorz. Recentemente, eu vi uma série de artigos no *Le Monde Diplomatique* sobre essa abordagem, o que sugere que ela é uma proposta sendo levada a sério em alguns escritórios capitalistas. O argumento de Gorz, que provavelmente vem das leituras italianas dos *Grundrisse* e da atual situação, que sugere que o capital atingiu o ponto antecipado no “Fragmento das Máquinas”, em que ele substituiu tanto o trabalho pela maquinaria que ele não pode simplesmente criar empregos em “tempo integral” para empregar todos, tem a vantagem, quaisquer que sejam suas limitações, de se recusar a cair novamente na exigência tradicional da esquerda de “pleno emprego”, o que apenas reitera os fundamentos do capitalismo. Os argumentos sobre a necessidade de “difundir o trabalho” tiveram um papel importante nas lutas do século XIX, assim como em 1930 e contribuíram para mobilizar apoio para a redução do trabalho. Os seus limites se encontram no fato de que continuam a aceitar a legitimidade do próprio trabalho dentro do capitalismo, i.e. do trabalho que assume o papel da dominação, ao invés de ser instrumentalizado para satisfazer as necessidades das pessoas. Recolocadas em uma crítica mais aprofundada de todas as formas de trabalho, assalariadas e não assalariadas, i.e. do capitalismo e de sua subordinação do desejo e das necessidades à estruturação da vida em torno do trabalho, essas demandas tendem a sabotar o capitalismo ao invés de fortalece-lo.

Em segundo lugar, em termos de estratégia da classe trabalhadora, a luta contra o trabalho deve encontrar formas apropriadas à composição de classe, como eu disse acima. A indignação dos trabalhadores de Crotona deve ser derivada, em parte, do fato de o fechamento da fábrica ser um passo a mais na longa história da recusa do capital de *localizar* os trabalhos aonde as pessoas vivem. Para os italianos do sul, esse foi um dos aspectos mais óbvios e pesados da subordinação do desejo ao trabalho/capital – a maneira pela qual, geração depois de geração foram forçadas a abandonar suas casas, suas comunidades e suas famílias para encontrar empregos no norte e mesmo em outros países. A realocação de empregos para as pessoas, ao invés das pessoas para os empregos, é uma exigência sensata e compreensível. Ela ecoa por todo o “cinturão da ferrugem” do centro-oeste americano da mesma maneira que ecoava nas colinas da Calábria. Ela também é, obviamente, uma luta que *não pode* ser vencida localmente. Na melhor das hipóteses, o Estado vai conceder alguns empregos provisórios que não satisfazem as necessidades de ninguém, como nos antigos programas remendados de trabalhos públicos. Mas hoje, o problema *não* é um problema puramente local. Nesse período de reestruturação global, essa se tornou uma exigência sentida por trabalhadores em muitas áreas de muitos países. Ainda assim, “mantenham os empregos aqui” ou “criem novos empregos aqui onde precisamos deles” não são exigências satisfatórias quando isoladas das críticas associadas à natureza dos empregos, sua duração, seu pagamento, seu papel na divisão global do trabalho, etc. Assim, podemos ver pelo menos um tipo de trabalho organizativo que precisa ser feito: a elaboração e a circulação da compreensão de *todos* os problemas em jogo em uma situação dessas nesse período. Está claro que sabemos muito sobre essas coisas. O problema é a circulação do conhecimento e a compreensão como um momento na aceleração da luta.

Na América do Norte, a essa altura, o processo de realocação de fábricas/empregos/salários e a ameaça do aumento de sua velocidade sob o Acordo de Livre Comércio da América do Norte aumentaram essa aceleração de circulação da informação, da discussão e da oposição. Os trabalhadores que perdem seus empregos e participam do desemprego crescente têm aprendido, muito rapidamente, que o problema não pode ser resolvido localmente. Então, estão se associando com trabalhadores em fábricas e comunidades para as quais os empregos estão sendo realocados, para que apoiem suas lutas. A cada vez mais a resposta da classe trabalhadora aos esforços do capital para rebaixar os trabalhadores em situações melhores ao nível dos mais pobres é apoiar as lutas dos mais pobres como a melhor maneira de apoiar aqueles que estão em situação melhor – um “nivelamento” por cima da classe como um todo. Uma circulação internacional e nacional da luta desse tipo é vital, como eu disse, para as nossas lutas hoje, e um elemento essencial dessas lutas é a luta para evitar os esforços do capital para fazer da luta *contra* o trabalho uma luta *pelo* trabalho.

#### **Seção IV: Auto-valorização**

**MA:** *A recusa do trabalho nos leva necessariamente a falar das práticas constitutivas para além do capital. Em seu trabalho você usa a categoria de auto-valorização introduzida por Negri há alguns anos. O que você quer dizer com auto-valorização?*

**HC:** Toni Negri tomou um termo relativamente obscuro que tinha sido usado por Marx (mas por muito poucos de seus seguidores) para falar da auto-reprodução do capital e deu a ele um novo sentido: o auto-desenvolvimento da classe trabalhadora. Existem problemas nesse termo – a auto-valorização da classe trabalhadora *não* é análoga à do

capital – e ele poderia ter escolhido outro, mas esse serve bem o suficiente. O ponto era focar a atenção na existência da autonomia no auto-desenvolvimento dos trabalhadores diante do capital. Por muito tempo, o desenvolvimento da classe trabalhadora foi visto por marxistas como derivado do desenvolvimento do capital. Os primeiros autonomistas marxistas, especialmente Mario Tronti, nos lembraram de que para Marx o capital (trabalho morto) era essencialmente uma coerção da classe trabalhadora (trabalho vivo), não o contrário. A força viva e inventiva do trabalho é a imaginação da auto-atividade dos trabalhadores, não do capital. Ainda assim, enquanto a luta dos operários de massa tomava a forma da recusa do trabalho, se desenvolveu uma tendência a ignorar esse auto-atividade essencialmente criativa. Ao mesmo tempo, na Itália do fim dos anos 60 e 70, essa auto-atividade criativa explodiu pela fábrica social em uma variedade de inovações sociais, culturais e políticas. O termo “auto-valorização” de Negri deu um nome ao conteúdo positivo dessa explosão e focou novamente nossa atenção nas maneiras pelas quais os trabalhadores não apenas lutam *contra* o capital, mas *por* uma variedade diversa de novas maneiras de existir. Ele forneceu um ponto de partida para repensar não apenas o conteúdo da luta de classes, mas também alguns problemas fundamentais como a natureza da revolução e da “transição” para a sociedade pós-capitalista. Como Negri aponta tão bem em suas leituras sobre os *Grundrisse*, publicadas como *Marx além de Marx*, a criação do comunismo não é só uma coisa que vem depois, mas uma coisa que é repetidamente iniciada pelos desenvolvimentos atuais de novas formas de auto-atividade da classe trabalhadora. Marx havia dito isso antes, e também outros marxistas autonomistas anteriores (i.e. C.L.R. James e seus camaradas nos anos 50), mas o trabalho teórico de Negri trouxe a ideia de novo ao palco, fundamentada teoricamente de uma maneira mais compreensiva.

**MA:** *Como a ideia de auto-valorização influenciou o desenvolvimento de uma agenda política?*

**HC:** Um resultado dessa mudança do foco de atenção para o que eu chamaria o conteúdo positivo das lutas dos trabalhadores, foi uma mudança na agenda política para muitos de nós. Ao lado de nossas tentativas de compreender como o poder da classe trabalhadora havia criado e mantido a crise do capitalismo nos anos de 1970 a 1980, também começamos a explorar o processo histórico de auto-valorização que foi também uma parte integral da crise do capital e que poderia fornecer o ponto de partida para a elaboração do comunismo no presente. Enquanto o trabalho de Negri permaneceu primariamente teórico e limitou seu trabalho empírico, restrito a algumas indústrias de ponta, outros continuaram a explorar a auto-valorização, da reavaliação das revoluções culturais urbanas do fim dos anos 60 e 70 no Norte ao estudo das lutas comunais rurais e urbanas de camponeses e povos indígenas no Sul. Enquanto o foco de Negri era cada vez mais na auto-valorização no trabalho, outras explorações e estudos tanto em atividades de trabalho quanto de não-trabalho deram bons frutos e nos deram uma riqueza de compreensão sobre as várias experiências criativas que persistiram na crise, não capturadas ou não instrumentalizadas, nem destruídas pela repressão e pela cooptação capitalista.

**MA:** *Como você vê a relação entre recusa do trabalho e autovalorização?*

**HC:** Eu havia dito que o único ponto de partida razoável para a elaboração de uma estratégia política da classe trabalhadora é uma compreensão de nosso próprio poder. O que o conceito de auto-valorização faz é chamar a atenção não apenas para nosso poder de limitar e constranger a dominação do capital sobre nós, mas também nossas habilidades e criatividade para elaborar alternativas. Assim como o conceito de “recusa do trabalho” nos ajuda a compreender como uma grande variedade de lutas sociais sabotaram a acumulação capitalista e a colocaram em crise, da mesma maneira o conceito de auto-valorização nos ajuda a compreender como nossa habilidade de elaborar e defender novas maneiras de existir, não apenas contra, mas além do capital, é o outro lado da crise.

O poder de recusa é o poder de abrir tempos e espaços relativamente livres da imposição capitalista do trabalho (eu digo “relativamente livres”, porque tempos e espaços como esses são sempre limitados e marcados pelo poder capitalista). O poder de auto-valorização é o poder de preencher esses espaços com atividades alternativas e novas formas de sociabilidade – para elaborar o futuro comunista no presente.

Essa perspectiva nos permite reconhecer e compreender, em um quadro teórico e político marxista, a criatividade e a imaginação em atividade nos chamados “novos movimentos sociais” que muitos marxistas tradicionais e muitos pós-marxistas e pós-modernos encararam ou apresentaram como estando além dos horizontes da teoria marxista. Mas novos movimentos sociais desse tipo sempre foram movimentos contra os limites da fábrica social capitalista – quer tenham articulado suas ideias dessa maneira, quer não – e são novos em primeiro lugar em sua força e em sua imaginação. Por exemplo: os movimentos de mulheres e gays não apenas recusaram a subordinação da vida ao trabalho, mas iniciaram uma ampla variedade de experimentos para desenvolver novos tipos de relações de gênero e

familiares, novos tipos de relações pessoais e sociais entre homens e mulheres, entre homens e entre mulheres. O movimento ambientalista, de maneira paralela, não apenas atacou a exploração capitalista da natureza, mas também explorou uma ampla variedade de modos alternativos de relação entre o homem e o resto da Terra. Em seu desenvolvimento, esses movimentos se sobrepuseram e influenciaram uns aos outros, assim como buscaram inspirações em uma nova variedade de práticas culturais alternativas, p.ex. as de povos indígenas ou as da história europeia pré-capitalista. Note, por favor, que eu não estou dizendo que só porque podemos compreender o caráter desses movimentos em termos marxistas eles não estão sujeitos a análises e críticas políticas. Assim como movimentos mais familiares da luta dos trabalhadores, como a atividade sindical, podem, devem e tem sido sujeitos às mais intensas investigações e críticas, o mesmo vale para esses movimentos. Não é só a criatividade que é enriquecedora, nem toda inovação automaticamente sabota o capital e nos ajuda a nos libertarmos para maneiras mais interessantes de existir. Existe muita coisa que é destrutiva nos espaços políticos desses movimentos – e a rejeição de alguns da análise marxista do capitalismo, assim como sua cegueira quanto à natureza do inimigo colocado contra eles, não é a menor delas. O mesmo para algumas formas de “políticas de identidade”, que com uma ultra-insistência dogmática na diferença cortaram qualquer possibilidade de diálogo político e ação política. A teoria da linguagem pós-estruturalista deu a algumas pessoas uma desculpa conveniente para evitar as dificuldades da organização. Mas, como regra, acontece naturalmente aos marxistas ver esses limites e fazer essa crítica. O que mais me interessa, nesse momento da história, é o outro lado: a importância de ser capaz de compreender o conteúdo positivo dessas lutas de tal maneira que seja possível pensar sobre como as forças sociais que eles encarnam podem contribuir para a construção do comunismo.

## **Seção V: Organização**

**MA:** *Enfim, o fim da linha, a questão da organização. Colocando a autonomia da classe trabalhadora no centro da teoria marxista, que, como você diz, também deve ser considerada como autonomia diante do partido e autonomia de cada seção da classe trabalhadora diante das outras, você tende indicar a questão da organização nos termos de uma circulação da luta. O que você quer dizer com isso? Em que medida você pensa que essa circulação pode ou deve ser uma circulação organizada?*

**HC:** Penso que o conceito de circulação da luta de fato oferece uma chave para o problema inevitável e fundamental da organização. Todos sabemos que as velhas fórmulas de organização leninistas e socialdemocratas (p.ex. o partido) são mais do que inúteis, elas congelam a auto-atividade da classe trabalhadora em formas administráveis. Mesmo os defensores mais flexíveis dessas fórmulas de organização, p.ex. Rosa Luxemburgo, que queriam de alguma maneira vincular o partido à auto-atividade da classe, permaneceram aprisionados por essas fórmulas. Como Sergio Bologna mostrou há alguns anos, no que deveria ser um artigo famoso (sobre “A composição de classe e a teoria do partido”, traduzido na *Telos* 13, outono de 1972), a forma apropriada da organização da luta de classes deve mudar com a mudança da composição de classe. Nenhuma fórmula é sempre útil por toda a composição de classe em um momento no tempo, ou através do tempo enquanto a composição muda. Em outras palavras, temos que parar de pensar na organização da luta nos termos da criação de organizações específicas, i.e. instituições que sempre se tornam burocratizadas e resistem às mudanças necessárias. Ao invés disso, precisamos pensar sobre o problema da organização da classe trabalhadora em seu sentido mais básico: a elaboração da cooperação entre as pessoas em luta.

Sabemos que a classe trabalhadora é, e sempre foi, diversificada. A composição de classe é complexa. O capital domina pela divisão e a conquista, de modo que sempre exista uma hierarquia de salário/renda e um padrão de relações de poder entre setores de classe. Alguns trabalhadores têm mais recursos do que outros; alguns têm mais espaço, ou mais tempo, para a luta; alguns dominam os outros, e daí em diante. “Divisão” quer dizer a administração capitalista de antagonismos no interior da classe, entre setores de uma classe, como um meio de minimizar os perigos da explosão de um antagonismo entre classes. Além disso, a diversidade da classe também assume a forma da diversidade de auto-valorização. Na linguagem de Gilles Deleuze e Félix Guattari, as “linhas de fuga” da auto-valorização correm em muitas direções diferentes.

Uma vez que recusamos a noção de que essas “linhas de fuga” possam ou devam ser harmonizadas em um projeto unificado de socialismo e uma vez que recusamos a noção de que vários setores da classe deveriam subordinar suas lutas para satisfazer suas próprias necessidades e desejos às lutas dos outros (p.ex. como frequentemente se disse que as mulheres deveriam fazer), então estamos ao mesmo tempo reconhecendo e aceitando que “a” luta de classes é, inevitavelmente, feita de uma variedade de lutas separadas se movendo em muitas direções com apenas um

elemento necessariamente em comum: a rejeição da dominação capitalista. O capital sabe disso; a *sua* estratégia política é administrar essa diversidade de tal maneira que o tumulto irreprimível não fique fora de controle e seja recolhido para seu próprio desenvolvimento. A *nossa* estratégia política deve ser a contrária: que os antagonismos no interior da classe abasteçam o antagonismo entre classes de tal maneira que eles não possam mais ser administrados, e que os diversos projetos de auto-valorização se tornem complementares ou, pelo menos, se apoiem mutuamente, encontrando assim maneiras de evitar ser limitados e recolhidos pelo capital. Entre nós e o capital, maximização do antagonismo, entre nós mesmos a elaboração de uma política da diferença que minimize ou elimine o antagonismo.

A dificuldade é que não há atalho, nem fórmula mágica, nem um simples “se unam e lutem”, nem através de uma forma de organização particular, nem através de uma ideologia, nem mesmo através do marxismo (porque o marxismo nos dá uma compreensão antagonista da dominação capitalista, mas nenhuma fórmula para maneiras de existir pós-capitalistas. O que queremos é que nossas diferentes lutas, contra o capital e por formas alternativas de auto-valorização, se tornem complementares e se reforcem mutuamente. O problema é encontrar maneiras de fazer isso.

Assumindo a precisão do tipo de análise marxista que apresentei acima, a luta contra a redução capitalista da vida ao trabalho nos dá um ponto de comunidade entre todos os setores da classe, e, assim, uma base para o entendimento mútuo. É claro, como a classe é diversa e hierárquica e a imposição do trabalho é sentida de maneiras diferentes por diferentes grupos de trabalhadores, isso não quer dizer que existe alguma coisa fácil em organizar em torno da recusa do trabalho. A história da luta da classe trabalhadora deixou isso bem claro. Mas ela também deixou claro que apesar de todas as diferenças, os trabalhadores conseguiram ligar suas lutas e conseguir vitórias coletivas. Estudar como isso foi feito no passado é um exercício útil para estimular ideias sobre como isso pode ser feito no presente – pelo menos enquanto as pessoas não estiverem buscando por fórmulas, mas para conseguir uma ideia de como certas soluções específicas surgem de composições de classe específicas. Reconhecer a variação na maneira pela qual o trabalho é imposto e a consequente variação nas formas de recusa – por toda a sociedade – também é útil para poder reconhecer os paralelos entre os vários tipos de lutas atuais.

Quando nos voltamos da luta contra o capital para as lutas por vários projetos de auto-valorização, encontramos um problema mais difícil: como desenvolver uma política da diferença sem antagonismo. Claramente, dado que os antagonismos já existem, o desenvolvimento de uma política desse tipo deve passar pelos antagonismos para se livrar deles; eles não vão simplesmente desaparecer instantaneamente porque nós queremos. Isso é inevitável mesmo quando desenvolvemos abordagens para a diversidade baseadas minimamente em “viva e deixe viver” e de preferência pelo enriquecimento mútuo das diferenças. Por exemplo, enquanto mulheres lutaram para elaborar modos mais satisfatórios de relações de gênero, elas tiveram que passar por muitas relações antagonistas com homens (e umas com as outras). Não apenas a construção de novas relações desse tipo envolviam a destruição das antigas – uma destruição frequentemente percebida pelos homens (com alguns elementos de verdade) como sendo às suas custas –, mas os momentos criativos desses processos foram experimentais e frequentemente produziram novos e inesperados tipos de antagonismos. Quando mulheres elaboraram relacionamentos homossexuais entre elas que excluía homens, obviamente foi um processo contínuo e difícil desenvolver relações complementares e formas de luta não-antagonistas entre mulheres e homens heterossexuais. Obviamente foi mais fácil, mas de nenhuma maneira mais simples, desenvolver lutas complementares entre mulheres lésbicas e homens homossexuais. A dinâmica complexa desses relacionamentos estão evoluindo diante dos nossos olhos e nas lutas em torno da AIDS, contra a discriminação e pela liberdade de desenvolver novos tipos de relações sexuais, de gênero e familiares. O que uma experiência desse tipo ensina, eu acho, é que as formas de organização que funcionam melhor são aquelas que facilitam a circulação da luta entre grupos, i.e. que aumentam a complementaridade de seus esforços, e essas formas devem mudar e se adaptar aos padrões de uma luta em transformação.

**MA:** *Você parece estar indo contra a antiga dicotomia entre “organização” e “espontaneidade”.*

**HC:** A velha dicotomia entre organização e espontaneidade é falda. Mesmo quando algum evento coletivo acontece “espontaneamente”, i.e. não planejado de antemão por ninguém, as pessoas fazendo o evento acontecer se organizam para realiza-lo. O capital, com sua essência no comando, na autoridade e na dominação, só pode conceber uma organização de cima para baixo, com algum tipo de “liderança” e só pode ver caos em algum tipo diferente de ordem. Nós, por outro lado, precisamos poder perceber e apreciar a grande variedade de tipos de organização ao mesmo tempo em que sempre devemos avaliar de maneira crítica se são ou não apropriadas. Muito do melhor da

história “de baixo para cima” desenvolvida nos últimos anos envolveu a descoberta e a visibilização de uma organização desse tipo nos movimentos populares.

**MA:** *Portanto, a circulação das lutas como forma de organização. Mas organizada por quem?*

**HC:** A resposta geral para a sua pergunta geral “organizada por quem?” é “organizada por eles mesmos”, organização interna por um grupo auto-definido de pessoas em luta. Ainda assim, ao mesmo tempo, por causa da diversidade envolvida, qualquer organização “interna”, não importa como ela seja gerida, deve envolver também a organização coletiva de relações com outros grupos, outros setores da classe, a organização da circulação da luta. A questão “Como podemos construir nosso próprio poder – para recusar o trabalho nos auto-valorizar de nosso próprio jeito?” se torna “Como podemos nos vincular a outros de maneira que nossos esforços se reforcem mutuamente?”. Todos os tipos de fórmulas internamente rígidas sobreviveram em grupos pequenos o suficiente, mas a história de grande parte da esquerda foi a de que grupos desse tipo, em parte por sua própria rigidez, se colocaram para fora do processo e permaneceram isolados. Como um resultado, eles estagnaram e permaneceram irrelevantes para os movimentos sociais mais amplos, quando formas de organização mais flexíveis e adaptadas facilitaram a circulação da luta entre diversos grupos.

Isso tudo é verdade em todos os níveis. Em todos os lugares em que a organização não consegue realizar a circulação da luta, ela falha, seja em um pequeno grupelho em uma única cidade ou em uma região ou não. A força de grupos relativamente pequenos, como os palestinos, os movimentos de liberação dos negros no sul da África, ou os revolucionários na Nicarágua ou em El Salvador, etc., sempre se deveu, em grande parte, à sua habilidade de construir redes de aliança para circular suas lutas além de localidades específicas para outros grupos, em outras partes do mundo.

E é precisamente por isso que em cada caso, a estratégia do capital foi isolar esses grupos com boicotes comerciais e financeiros, ou restrição de viagens, isolá-los para que pudessem ser destruídos. Não é possível enfatizar demais a importância dessa experiência e não devemos faltar em tirar a lição necessária: é apenas pela circulação cada vez maior da luta que podemos esperar em algum momento conseguir o poder necessário para destruir os muitos laços da dominação capitalista e substituí-los por novas relações sociais mais preferíveis. Hoje, quando a confrontação de classe é global, a circulação de nossas próprias lutas deve ser organizada pelo mundo, através de cada relação possível. Se compreendemos o que é necessário, temos apenas que descobrir os meios para isso. É um processo que já está acontecendo, sempre está. Os problemas políticos são: primeiro, a avaliação do que está funcionando e do que não está; que formas de organização estão facilitando a circulação da luta e quais estão a atrasando, e, segundo, construir sobre aquelas que estão funcionando e abandonar as que não estão.

.....

[Entrevista realizada em Londres, em junho de 1993]

*Tradução para o português brasileiro diretamente de edição na língua original (inglês), feita de forma voluntária pelo Coletivo Autonomista!. Texto retirado de*

<https://la.utexas.edu/users/hcleaver/InterviewwithHarryClever.html> , consultado em 23/08/2016.

<https://autonomistablog.wordpress.com/2016/08/05/uma-entrevista-sobre-o-autonomismo-por-harry-cleaver-e-massimo-de-angelis/>

*Você pode contribuir enviando e-mails indicando erros de tradução ou sugestões de melhoria para [autonomistablog@gmail.com](mailto:autonomistablog@gmail.com). Este e outros textos de tradução do Coletivo Autonomista! estão disponíveis em: <https://autonomistablog.wordpress.com/>*

*Todo conhecimento deve ser livre. Por isso, não há restrições à cópia e distribuição desse material. Compartilhe!*